CONCURSO PÚBLICO 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE
RIO MARIA – PA

S310 – CONTROLADOR INTERNO

ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

1. Verifique se este caderno de prova contém 60 (sessenta) questões, sequencialmente numeradas de 1 a 60;
2. Caso haja algum problema, solicite ao fiscal a substituição deste caderno, impreterivelmente até 15 minutos após o início da prova;

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS:

3. Confira seus dados e, havendo erro(s), solicite ao aplicador a correção na Ata de Sala.
4. Assine à CANETA no espaço indicado;

AO TRANSFERIR AS RESPOSTAS PARA A FOLHA DEFINITIVA:

5. Use somente caneta azul ou preta de tubo transparente, aplicando traços firmes, dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



6. Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa;
7. A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada;

AO TERMINAR A PROVA:

8. Você deve chamar atenção do fiscal levantando o braço. Ele irá até você recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS e este CADERNO DE PROVA;
9. Recolha seus objetos, deixe a sala e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários e bebedouros, até a saída do local de prova.

ATENÇÃO!

Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso público o candidato que, durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular e/ou smartphone, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves integradas a dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc..., caneta em material não transparente, óculos de sol (exceto com prescrição médica), e armas.

Para os itens de acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc..., e ainda qualquer tipo de carteira e bolsa, lápis e lapiseira/grafite, borracha e estojos, será advertido da proibição do uso. Caso não seja respeitado e devidamente guardado, o candidato poderá ser eliminado.

Atenção:

- Permanência mínima de 1 hora na sala;
- Após 2 horas de prova você poderá levar consigo este caderno.

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS é de: 4h (quatro horas)

NOME COMPLETO:	RG:

Olhos d'água

Uma noite, há anos, acordei bruscamente e uma estranha pergunta explodiu de minha boca. De que cor eram os olhos de minha mãe? Atordoada, custei a reconhecer o quarto da nova casa em que estava morando e não conseguia me lembrar de como havia chegado até ali. E a insistente pergunta, martelando, martelando. De que cor eram os olhos de minha mãe? Aquela indagação havia surgido há dias, há meses, posso dizer. Entre um afazer e outro, eu me pegava pensando de que cor seriam os olhos de minha mãe. E o que a princípio tinha sido um mero pensamento interrogativo, naquela noite se transformou em uma dolorosa pergunta carregada de um tom acusatório. Então, eu não sabia de que cor eram os olhos de minha mãe?

Sendo a primeira de sete filhas, desde cedo, busquei dar conta de minhas próprias dificuldades, cresci rápido, passando por uma breve adolescência. Sempre ao lado de minha mãe aprendi a conhecê-la. Decifrava o seu silêncio nas horas de dificuldades, como também sabia reconhecer em seus gestos, prenúncios de possíveis alegrias. Naquele momento, entretanto, me descobria cheia de culpa, por não recordar de que cor seriam os seus olhos. Eu achava tudo muito estranho, pois me lembrava nitidamente de vários detalhes do corpo dela. Da unha encravada do dedo mindinho do pé esquerdo… Da verruga que se perdia no meio da cabeleira crespa e bela. Um dia, brincando de pentear boneca, alegria que a mãe nos dava quando, deixando por uns momentos o lava-lava, o passa-passa das roupagens alheias e se tornava uma grande boneca negra para as filhas, descobrimos uma bolinha escondida bem no couro cabeludo dela. Pensamos que fosse carrapato. A mãe cochilava e uma de minhas irmãs aflita, querendo livrar a boneca-mãe daquele padecer, puxou rápido o bichinho. A mãe e nós rimos e rimos e rimos de nosso engano. A mãe riu tanto das lágrimas escorrerem. Mas, de que cor eram os olhos dela?

Eu me lembrava também de algumas histórias da infância de minha mãe.

Ela havia nascido em um lugar perdido no interior de Minas. Ali, as crianças andavam nuas até bem grandinhas. As meninas, assim que os seios começavam a brotar, ganhavam roupas antes dos meninos. Às vezes, as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância. Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob a água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam a salivar sonho de comida. E era justamente nos dias de parco ou nenhum alimento que ela mais brincava com as filhas. Nessas ocasiões a brincadeira preferida era aquela em que a mãe era a Senhora, a Rainha. Ela se assentava em seu trono, um pequeno banquinho de madeira. Felizes, colhíamos flores cultivadas em um pequeno pedaço de terra que circundava o nosso barraco. As flores eram depois solenemente distribuídas por seus cabelos, braços e colo. E diante dela fazíamos reverências à Senhora. Postávamos deitadas no chão e batíamos cabeça para a Rainha. Nós, princesas, em volta dela, cantávamos, dançávamos, sorríamos. A mãe só ria de uma maneira triste e com um sorriso molhado… Mas de que cor eram os olhos de minha mãe? Eu sabia, desde aquela época, que a mãe inventava esse e outros jogos para distrair a nossa fome. E a nossa fome se distraía.

Às vezes, no final da tarde, antes que a noite tomasse conta do tempo, ela se assentava na soleira da porta e, juntas, ficávamos contemplando as artes das nuvens no céu. Umas viravam carneirinhos; outras, cachorrinhos; algumas, gigantes adormecidos, e havia aquelas que eram só nuvens, algodão doce. A mãe, então, espichava o braço que ia até o céu, colhia aquela nuvem, repartia em pedacinhos e enfiava rápido na boca de cada uma de nós. Tudo tinha de ser muito rápido, antes que a nuvem derretesse e com ela os nossos sonhos se esvaecessem também. Mas, de que cor eram os olhos de minha mãe?

Lembro-me ainda do temor de minha mãe nos dias de fortes chuvas. Em cima da cama, agarrada a nós, ela nos protegia com seu abraço. E com os olhos alagados de pranto balbuciava rezas a Santa Bárbara, temendo que o nosso frágil barraco desabasse sobre nós. E eu não sei se o lamento-pranto de minha mãe, se o barulho da chuva… Sei que tudo me causava a sensação de que a nossa casa balançava ao vento. Nesses momentos os olhos de minha mãe se confundiam com os olhos da natureza. Chovia, chorava! Chorava, chovia! Então, porque eu não conseguia lembrar a cor dos olhos dela?

E naquela noite a pergunta continuava me atormentando. Havia anos que eu estava fora de minha cidade natal. Saíra de minha casa em busca de melhor condição de vida para mim e para minha família: ela e minhas irmãs que tinham ficado para trás. Mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e todas a mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias. Mas de que cor eram os olhos de minha mãe?

E foi então que, tomada pelo desespero por não me lembrar de que cor seriam os olhos de minha mãe, naquele momento resolvi deixar tudo e, no dia seguinte, voltar à cidade em que nasci. Eu precisava buscar o rosto de minha mãe, fixar o meu olhar no dela, para nunca mais esquecer a cor de seus olhos.
Assim fiz. Voltei, aflita, mas satisfeita. Vivia a sensação de estar cumprindo um ritual, em que a oferenda aos Orixás deveria ser descoberta da cor dos olhos de minha mãe.

E quando, após longos dias de viagem para chegar à minha terra, pude contemplar extasiada os olhos de minha mãe, sabem o que vi? Sabem o que vi?

Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas, eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. Sim, águas de Mamãe Oxum.
Abracei a mãe, encostei meu rosto no dela e pedi proteção. Senti as lágrimas delas se misturarem às minhas.

Hoje, quando já alcancei a cor dos olhos de minha mãe, tento descobrir a cor dos olhos de minha filha. Faço a brincadeira em que os olhos de uma são o espelho dos olhos da outra. E um dia desses me surpreendi com um gesto de minha menina. Quando nós duas estávamos nesse doce jogo, ela tocou suavemente o meu rosto, me contemplando intensamente. E, enquanto jogava o olhar dela no meu, perguntou baixinho, mas tão baixinho, como se fosse uma pergunta para ela mesma, ou como estivesse buscando e encontrando a revelação de um mistério ou de um grande segredo. Eu escutei quando, sussurrando, minha filha falou:

— Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos?

https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/biblioteca/nossas-publicacoes/revista/paginas-literarias/artigo/2261/olhos-dagua Acesso em 24/06/2023

QUESTÃO 01

Como a narradora conseguiu responder à pergunta que se fazia sobre a cor dos olhos de sua mãe?

a) Ela procurou desesperadamente por fotos que mostrassem a cor e a beleza de seus olhos.
b) Ela deixou tudo onde vivia para voltar ao lugar em que havia nascido para, enfim, fixar seu olhar no de sua mãe e poder contemplar seus olhos.
c) Ela não pôde mais ver os olhos de sua mãe, pois morava muito longe e não conseguia mais viajar para o lugar onde havia nascido.
d) A narradora não conseguiu saber que cor eram os olhos de sua mãe, pois eles estavam apenas em sua lembrança, na infância.

QUESTÃO 02

No trecho "Às vezes, no final da tarde, antes que a noite tomasse conta do tempo, ela se assentava na soleira da porta e, juntas, ficávamos contemplando as artes das nuvens no céu", qual circunstância as expressões em destaque expressam?

a) Causa
b) Modo
c) Tempo
d) Lugar

QUESTÃO 03

No trecho "Voltei, aflita, mas satisfeita", a palavra em destaque expressa uma circunstância de adversidade. Assinale a alternativa cuja palavra destacada expressa a mesma circunstância:

a) "Naquele momento, entretanto, me descobria cheia de culpa."
b) "Quando nós duas estávamos nesse doce jogo, ela tocou suavemente o meu rosto, me contemplando intensamente."

c) “Hoje, quando já alcancei a cor dos olhos de minha mãe.”
d) “Então, eu não sabia de que cor eram os olhos de minha mãe?”

QUESTÃO 04

Quanto ao uso da crase, no trecho “E quando, após longos dias de viagem para chegar à minha terra, pude contemplar extasiada os olhos de minha mãe, sabem o que vi? Sabem o que vi?”, assinale:

a) O uso, nesse caso, é facultativo, por estar diante de pronome possessivo feminino
b) O uso, nesse caso, é obrigatório, por estar diante de substantivo feminino
c) O uso, nesse caso, é proibido, por vir depois de um verbo (estar)
d) O uso, nesse caso, é facultativo, por se referir ao substantivo feminino “viagem”

QUESTÃO 05

A narradora compara os olhos da mãe a “Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície”. Nesse caso, ela utiliza uma figura de linguagem bastante expressiva, para dar aos olhos a condição de “olhos d’água”. Assinale a alternativa que apresenta a figura de linguagem utilizada nesse trecho:

a) Metonímia
b) Hipérbole
c) Sinestesia
d) Metáfora

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 06

O atalho utilizado para exibir a caixa de diálogo “Substituir” para localizar e substituir texto, formatação específica ou itens especiais no MS Word, é:

a) Ctrl+R
b) Alt+F6
c) Ctrl+H
d) Ctrl+Shift+T

QUESTÃO 07

Luiz está preparando um documento financeiro confidencial para a empresa em que trabalha no MS Excel. Para encaminhar esse documento com segurança, ele deve bloquear essa planilha para a edição somente de quem tem autorização para tal. Para esse bloqueio, no aplicativo, ele deve seguir o caminho:

a) Dados > Classificar e filtrar > Avançado > Proteger planilha
b) Fórmulas > Biblioteca de funções > Inserir Função > Proteger planilha
c) Revisão > Proteger > Proteger planilha
d) Layout da página > Configuração de página > Proteger > Proteger planilha

QUESTÃO 08

O ministério da educação decidiu fazer um levantamento sobre o aproveitamento dos alunos na disciplina de Matemática. Para tal, estão usando o programa MS Excel para cálculos e gráficos auxiliando na manipulação dos dados obtidos. Eles precisam saber dentre os Estados cujo nome iniciem com a letra “R”, quantos possuem mais de 5.000 alunos com notas acima da média, considerando a média anual e somar esses valores.
Para obter esse resultado, a função a ser utilizada deve ser:

a) SOMA
b) SOMASES
c) PROCV
d) SE

QUESTÃO 09

Para a configuração de correios eletrônicos, como o Outlook, existem alguns tipos de protocolos que permitem o seu funcionamento. Dentre eles pode-se destacar o POP 3 e o IMAP. As contas POP3 carecem de várias funcionalidades básicas que podem ser encontradas em serviços mais modernos, exceto:

a) A capacidade de marcar uma mensagem como lida em vários dispositivos, significa que toda vez que um usuário baixa um email em um dispositivo diferente usando POP, ele aparecerá como uma nova mensagem ao invés de indicar que foi lida em outro dispositivo.
b) A capacidade de enviar itens de vários dispositivos. Os itens enviados podem ser sincronizados usando POP e podem ser salvos no dispositivo do qual se originaram ou de qualquer outro a que se tenha acesso.

c) Ter a capacidade de os emails serem enviados para seu dispositivo à medida que chegam. Ao invés disso, seu dispositivo deve ser configurado para verificar automaticamente seu servidor de email periodicamente para ver se novas mensagens foram recebidas.
d) Ter pastas especiais criadas ou configurações definidas em um dispositivo, disponíveis em todos os dispositivos que usam essa conta de email. Usando POP, os usuários devem criá-las manualmente ou defini-las individualmente em todos os seus dispositivos. Isso significa que, se os usuários organizarem seus emails em um dispositivo, eles precisarão fazer isso novamente para cada outro dispositivo que usa essa conta de email POP.

QUESTÃO 10

As _____ são um tipo de malware que só se ativa quando acionado, como em uma data e hora específica ou no 10º logon em uma conta. Vírus e worms, muitas vezes, contêm _____ para entregar seu código malicioso em um momento pré-definido ou quando outra condição é satisfeita. Os danos causados pelas _____ variam desde a alteração de bytes de dados até a impossibilidade de leitura dos discos rígidos.

a) bombas lógicas – bombas lógicas - bombas lógicas
b) botnets - botnets - botnets
c) keyloggers – botnets - keyloggers
d) adwares - bombas lógicas - keyloggers

LEGISLAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO E NOÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 11

Quanto aos bens municipais de Rio Maria, analise as afirmativas abaixo:

I - A concessão dos bens públicos de uso especiais e dominiais, dependerá de Lei e concorrência e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante Lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.
II - A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por Portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo e improrrogável de noventa dias, salvo se destinada a formar canteiro de obra pública, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra.
III - Poderá ser permitido a particular, a título oneroso ou gratuito, o uso do subsolo ou do espaço aéreo de logradouros públicos para construção de passagens destinadas à segurança ou conforto dos transeuntes e usurários ou para outros fins de interesse público.
IV - Entender-se por investidura a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros, por preço nunca inferior ao da avaliação, de área remanescente ou resultante de obra publicam e que se tome inaproveitável isoladamente. As áreas resultantes de modificações de alinhamento não serão alienadas nas mesmas condições.
V - A doação com encargo poderá ser licitada, e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão sob pena de nulidade do ato.

Marque a opção correta:

a) I, II, III e IV estão corretas
b) II está errada
c) Todas estão corretas
d) IV está errada

QUESTÃO 12

É vedado ao município de Rio Maria, exceto:

a) Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, reservada, na forma da Lei, a colaboração de interesse público.
b) Instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como, aplicar as rendas municipais sem prejuízo da obrigatoriedade da prestação de contar e da publicação de balancetes nos prazos fixados, em Lei, pela Câmara Municipal.
c) Manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

d) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica, dos rendimentos, títulos ou direitos.

QUESTÃO 13

Sobre os vereadores de Rio Maria, analise as proposições:

I - No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às 15 (quinze) horas, em Sessão Solene de instalação, independentemente do número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.
II - No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar e fazer declaração de seus bens, com firma reconhecida no Cartório de Títulos e Documentos, a qual será transcrita em livro próprio, sob pena de nulidade plena do ato de posse. Ao término do mandato, deverão ser atualizadas, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.
III - O mandato de Vereador será remunerado, na forma fixada pelo Prefeito, em cada legislatura para a subsequente, observado os limites esculpidos na Emenda Constitucional 025/2000.
IV - Os Vereadores gozam de inviolabilidade e imunidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, na circunscrição do Município, e do Estado nos termos do Artigo 6 da Constituição Estadual.

Marque a opção correta:

a) I e II estão erradas
b) II e III estão erradas
c) III e IV estão erradas
d) Todas estão erradas

QUESTÃO 14

Perderá o mandato o vereador que, exceto:

a) Cujo procedimento for declarado incompatível com decoro parlamentar ou atentatório as instituições vigentes.
b) Investido no cargo de Secretário ou Procurador Municipal, desde que haja compatibilidade de horários.
c) Que não tomar posse nas condições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal.
d) Que fixar residência fora do Município.

QUESTÃO 15

Quanto às sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias, analise:

I - A Câmara Municipal de Rio Maria reunir-se-á ordinariamente, 06 (seis) vezes por mês, e extraordinariamente quantas forem necessárias, não podendo realizar mais de uma sessão ordinária por dia, observadas as normas constitucionais.
II - As Sessões Extraordinárias somente poderão ser convocadas pelo Presidente da Câmara Municipal, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.
III - Salvo disposição expressa em contrário, as Resoluções da Câmara Municipal, vigorarão 10 (dez) dias depois de publicadas.
IV - Qualquer Vereador poderá votar em negócio do seu particular interesse, de seu cônjuge ou de ascendentes, descendentes e colaterais, por consanguinidade ou afinidades até o segundo grau.

Marque a opção correta:

a) Todas estão certas
b) I e IV estão certas
c) Todas estão erradas
d) Apenas a II está certa

QUESTÃO 16

Quanto à Improbidade Administrativa, marque a alternativa INCORRETA:

a) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
b) A posse e o exercício de agente público não ficarão condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
c) Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o

ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

d) Praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do Art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.

QUESTÃO 17

A Lei de Improbidade Administrativa fixou rol de atos improbes que importam em enriquecimento ilícito, causam prejuízo ao erário, decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário e que atentam contra os princípios da Administração Pública.
Marque a alternativa CORRETA que compõe ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito:

a) Agir ilicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
b) Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
c) Utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º da lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.
d) Agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

QUESTÃO 18

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e notadamente, EXCETO:

a) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
b) Negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
c) Nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.
d) Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput do artigo 9 da lei, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução.

QUESTÃO 19

A Lei n°14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa.
II - Os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.
III - As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
IV - As contratações relativas à gestão, direta e indireta, das reservas internacionais do País, inclusive as de serviços conexos ou acessórios a essa atividade, serão disciplinadas em ato normativo próprio do Banco Central do Brasil, assegurada a observância dos princípios estabelecidos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Marque quantas abrangências estão certas:

a) 3

b) 4
c) 2
d) 1

QUESTÃO 20

Ainda sobre a Lei n°14.133/2021, para os seus fins, podemos considerar, exceto:

a) Órgão: unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública.
b) Autoridade: agente público dotado de poder de decisão.
c) Administração Pública: administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.
d) Administração: unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.

QUESTÃO 21

"Rio Maria é um município de 4.189,82 km, com uma população, em 1996, de 19.787 habitantes, distante de Belém 920 km, construída ao lado da PA-150, anteriormente PA-70, e hoje BR-155, que liga _____ à _____ e do ribeirão Maria. Até _____, data formal de sua emancipação política, Rio Maria pertencia ao município de _____. Seu desmembramento se deu pela Lei n° _____, publicada no D.O de 14 de maio de 1982."

Complete respectivamente as lacunas:

a) Conceição do Araguaia – Marabá – 13 de maio de 1982 – Conceição do Araguaia – 5.028
b) Redenção – Marabá – 13 de maio de 1983 – Redenção – 5.028
c) Conceição do Araguaia – Redenção – 13 de maio de 1981 – Conceição do Araguaia – 5.028
d) Xinguara – Redenção – 13 de maio de 1982 – Xinguara – 5.028

QUESTÃO 22

As terras onde hoje está construída Rio Maria pertenciam originalmente à Braz Domiciano Sobrinho que as requereu ao estado do Pará com um único objetivo. Foi através desse objetivo que se criou uma espécie de imã a atrair centenas de pessoas para a inóspita região. Os desbravadores começaram a chegar atraídos pelos incentivos fiscais do Governo Federal, vislumbrando a perspectiva de lucro rápido e fácil."

De acordo com o texto, qual foi o objetivo de Braz Domiciano Sobrinho?

a) Indústria aurífera
b) Pecuária de corte
c) Extração do mogno
d) Colheita do algodão

QUESTÃO 23

Desde o início do povoamento, até aproximadamente o final da década de 1980, predominou em Rio Maria a economia da madeira e da agricultura. Neste período, foram instaladas dez indústrias madeireiras destacando-se, além da MAGINCO, as madeireiras, exceto:

a) MUSA
b) MARAJOARA
c) MARINGÁ
d) MENDESKÁ

QUESTÃO 24

A história econômica e política de Rio Maria, até início da década de 1990, foi influenciada pelas suas riquezas naturais. Estas formaram também o tripé que contribuiu para aumentar o processo migratório e para intensificar as tensões e os conflitos entre diversos interesses. Sobre essas riquezas naturais, é correto afirmar:

a) Terra, madeira e pecuária
b) Madeira, pecuária e plantio de soja
c) Terra, madeira e ouro
d) Terra, pecuária e madeira

QUESTÃO 25

"No que diz respeito à questão ambiental, o grupo MAGINCO contribuiu enormemente para a degradação e destruição da natureza, através da extração predatória de madeiras e derrubada de florestas para implantação de pastagens destinadas a _____. Além disso, deve-se condenar a prática de _____, presente nas relações estabelecidas entre a empresa e trabalhadores rurais."

Complete respectivamente as lacunas:

a) Pecuária extensiva – trabalho escravo

b) Produção aurífera – colheita de soja
c) Pecuária extensiva – extração de mogno
d) Pecuária extensiva – produção aurífera

QUESTÃO 26

"No início da colonização da região onde foi fundada a cidade de Rio Maria, não só os pequenos, mas os médios proprietários produziam alimentos, necessários ao consumo e ao abastecimento da localidade. Com o aumento da produção, _____ chegou a ser um produto exportado para o Estado de Goiás."

Complete corretamente a lacuna:

a) a soja
b) o milho
c) o arroz
d) o feijão

QUESTÃO 27

Até a década de 1980, a questão agrária e ambiental era centralizada, sendo consideradas responsabilidades de competência do Governo Federal. A partir de meados da década de 1990, movidos pelo discurso da descentralização das decisões e da aplicação dos recursos financeiros, o governo federal incentivou a criação das Associações de Pequenos Produtores Rurais, que passaram a atuar junto aos órgãos oficiais do governo - INCRA, BASA e Banco do Brasil - na liberação de créditos rurais destinados à produção familiar. Além das Associações estimulou também a criação de entidades com representação governamental e não governamental para tratar destas questões. Em 1996 foi criado no município de Rio Maria o Conselho Municipal de Desenvolvimento, que tinha como objetivo:

a) Discutir as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e propor mudanças no sentido de garantir a sustentabilidade econômica e ecológica, visando o desenvolvimento rural.
b) A homogeneização da produção em assentamentos teria os seus limites e que, geralmente, não seriam divulgados aos produtores familiares.
c) Discutir e organizar o tamanho da propriedade, incompatível para a implantação de um modelo de pecuária extensiva.
d) Criar uma associação de pequenos produtores rurais.

QUESTÃO 28

Governou o estado do Pará no período da Sexta República:

a) Ana Júlia Carepa
b) Zacarias de Assumpção
c) Otávio Bastos Meira
d) Magalhães Barata

QUESTÃO 29

É considerada uma região geográfica intermediária do estado do Pará:

a) Abaetetuba
b) Itaituba
c) São Félix do Xingu
d) Marabá

QUESTÃO 30

"Em Belém, no bairro do Umarizal, existia um entreposto de escravos de onde eles eram distribuídos para vários pontos do Estado. É uma dança de origem africana e foi trazida pelos escravos que se estabeleceram nas proximidades do rio Tapajós, mais precisamente em Santarém que, juntamente com o Marajó, se transformou num dos principais locais de difusão da dança:"

a) Dança das Taieiras
b) Lundu Marajoara
c) Dança da Angola
d) Batuque Amazônico

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

O empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
O empenho é a garantia de que existe crédito orçamentário necessário para a liquidação de um compromisso assumido, portanto, é proibido, por lei, realizar despesas sem empenho.
Em relação aos tipos de empenho, marque a alternativa que não compreende um tipo de

empenho:

a) O empenho estimado é utilizado nos casos em que não é possível a determinação prévia do valor exato da despesa, podendo o pagamento ser efetuado uma única vez ou parceladamente, em razão disto, estima-se o valor e se estabelece um cronograma de pagamento.
b) O empenho global é o utilizado para atender as despesas com montantes previamente conhecidos, porém com pagamento parcelado.
c) O empenho extraordinário é o utilizado para atender às despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
d) O empenho ordinário é aquele que corresponde à despesa com montante perfeitamente conhecido, cujo pagamento deva ser efetuado em uma só vez, após sua regular liquidação.

QUESTÃO 32

A Lei de Responsabilidade Fiscal desenvolveu, dentro do tema receita pública, a previsão e a arrecadação. Em razão da previsão e da arrecadação pública, marque a alternativa INCORRETA:

a) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
b) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
c) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
d) As receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo e Legislativo, em metas semestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

QUESTÃO 33

Acerca da despesa pública, com fulcro na Lei de Responsabilidade Fiscal, marque a alternativa INCORRETA:

a) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
b) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, sendo cinquenta por cento para União e sessenta por cento para os Estados e Municípios.
c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada de forma bimestral em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, incluindo aquilo que foi empenhado.
d) Entende-se como despesa total com pessoal o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

QUESTÃO 34

Em relação à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, Lei nº 8.666/1993, analise as afirmativas a seguir quanto as suas disposições gerais.

I – A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
II – Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos no País, produzidos ou prestados por empresas brasileiras, produzidos ou prestados por empresas que invistam em

pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;
III – Estão subordinados a lei de licitações e contratos administrativos a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
IV – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;
V – As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I; II; e III.
b) I; II; III; IV; e V.
c) IV e V.
d) II; III; e V.

QUESTÃO 35

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos apresenta uma seção específica de obras e serviços. Sobre o tema, marque a alternativa INCORRETA:

a) É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.
b) A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.
c) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica e o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, exceto a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de cinco por cento do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
d) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

QUESTÃO 36

As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas, exceto.

a) Execução indireta no regime de empreitada integral.
b) Execução indireta no regime de empreitada por maior desconto.
c) Execução direta.
d) Execução indireta no regime de tarefa.

QUESTÃO 37

O Ente Público deverá obedecer a um prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento decorrente da modalidade licitatória escolhida.
Quanto ao prazo mínimo de recebimento das propostas ou da realização do procedimento licitatório, marque a alternativa INCORRETA:

a) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de cinco dias úteis para a modalidade convite.
b) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de trinta dias para a modalidade tomada de preços no caso da licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço ou para a modalidade concorrência nos casos que não compreende as hipóteses do contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou

quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço.

c) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de quarenta e cinco dias para a modalidade concurso ou para a modalidade concorrência na hipótese do contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço.

d) O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de vinte dias para a modalidade tomada de preços nos casos não compreendidas nas hipóteses da licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço ou para a modalidade leilão.

QUESTÃO 38

Em relação às modalidades de licitação, analise as afirmativas a seguir:

I – É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço;
II – É possível que o Ente Público Municipal regulamente a lei de licitações por meio de decreto, onde possui liberdade para inovar e regulamentar qualquer ponto da lei geral, incluindo a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação delas;
III – As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala;
IV – Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala;
V – São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso público e o leilão.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I; III; e IV.
b) II e V.
c) I; II; III; IV; e V.
d) II; III; e V.

QUESTÃO 39

A norma geral que trata sobre as licitações e contratos administrativos aborda hipóteses que a licitação será dispensável, quanto a estas, analise as afirmativas a seguir:

I – É dispensável a licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;
II – É dispensável a licitação para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;
III – É dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, permitida a prorrogação dos respectivos contratos apenas uma única vez;
IV – É dispensável a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
V – É dispensável a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I; II; III; IV; e V.
b) III; IV. e V.
c) I; II; IV; e V.
d) I e III.

QUESTÃO 40

Em relação ao procedimento e julgamento adotado nos procedimentos licitatórios, marque a alternativa INCORRETA:

a) As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.
b) A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
c) Considera-se como adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança.
d) É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo permitida a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

QUESTÃO 41

O julgamento das propostas será objeto, devendo a Comissão de licitação ou responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

São considerados os tipos de licitação, exceto:

a) Maior retorno econômico.
b) Maior lance ou oferta.
c) Melhor técnica.
d) Técnica e preço.

QUESTÃO 42

A inexigibilidade de licitação não retrata prioritariamente uma exceção, mas, sim, uma hipótese em que regra sequer deve ser aplicada, pois trata-se da não incidência da regra constitucional da licitação, em razão da ausência de seu pressuposto lógico que é a competição.

Quanto às hipóteses de inexigibilidade de licitação, marque a alternativa INCORRETA:

a) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
b) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para serviços de publicidade e divulgação.
c) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;
d) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

QUESTÃO 43

A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida a prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
Quanto ao contratado, cabe optar por uma modalidade de garantia, sendo ela(s):

I – Fiança bancária;
II – Letra de câmbio;
III – Seguro-garantia;
IV – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema

centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
V – Nota promissória.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I; III; e IV.
b) II e V.
c) I; II; III; IV; e V.
d) II; III; e V.

QUESTÃO 44

Os contratos administrativos são ajustes celebrados entre a Administração Pública e o particular, regidos predominantemente pelo direito público, para execução de atividades de interesse público.
Acerca da duração dos contratos administrativos, analise as afirmativas a seguir:

I – Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses poderá ser prorrogado por até doze meses;
II – A duração dos contratos administrativos, por exceção, ficará adstrita à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;
III – A duração dos contratos administrativos, por exceção, ficará adstrita aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;
IV – É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado;
V – A duração dos contratos administrativos, em regra, ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

Marque a alternativa CORRETA:

a) I; II; e III.
b) I; II; III; e IV.
c) I; II; III; IV; e V.
d) IV e V.

QUESTÃO 45

Os contratos administrativos são caracterizados pelo desiquilíbrio das partes, uma vez que as cláusulas exorbitantes conferem prerrogativas à Administração e sujeição ao contratado, independentemente de previsão editalícia ou contratual.

Em relação as cláusulas exorbitantes, marque a alternativa INCORRETA:

a) A administração pública pode alterar as cláusulas do contrato administrativo de forma unilateral para melhor efetivação do interesse público, possuindo o dever de justificar o ato e respeitando os limites legais.
b) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado a critério do Ente Público.
c) A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
d) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

QUESTÃO 46

Acerca dos estágios da despesa, com fulcro na Lei nº 4.320/1964, marque a alternativa CORRETA:

a) Regime de caixa, Regime de competência e Regime misto.
b) Empenho, Liquidação e Pagamento.
c) Programa de Trabalho, Elemento de Despesa e Fonte de Recurso.
d) Programa de Trabalho, Empenho, Pagamento.

QUESTÃO 47

Em relação às disposições constitucionais sobre as leis orçamentárias, analise as afirmativas a seguir:

I – A lei orçamentária anual não conterá

dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei;
II – A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade;
III – A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;
IV – As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual;
V – Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante crédito extraordinário, com prévia e específica autorização legislativa.

Marque a alternativa CORRETA.

a) IV e V.
b) I e III;
c) I; II; e III.
d) I; II; III; IV; e V.

QUESTÃO 48

Acerca das vedações constitucionais à matéria orçamentária, analise as afirmativas a seguir:

I – Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade;
II – São vedados a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, incluídas aquelas autorizadas mediante créditos suplementares, especiais ou extraordinário com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria simples;
III – São vedados a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
IV – São vedados o início de programas ou projetos não incluídos na lei de diretrizes orçamentárias;
V – Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Marque a alternativa CORRETA.

a) II; III; e IV.
b) I; II; III; IV; e V.
c) I; II; e III.
d) I; III; e V.

QUESTÃO 49

De acordo com a Lei nº 10.520/2002 que instituiu a modalidade de licitação pregão para aquisição de bens e serviços comuns, analise as afirmativas a seguir:

I – O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital;
II – Na fase externa do pregão deverá observar que para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
III – Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;
IV – É vedada a exigência de garantia de proposta, aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame e o pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução

gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.
V – Na fase externa do pregão deverá observar o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

Marque a alternativa CORRETA.

a) II; III; e V.
b) I e IV.
c) I; II; III; IV; e V.
d) V.

QUESTÃO 50

Acerca das disposições constitucionais sobre os precatórios judiciais e as obrigações de pequeno valor, marque a alternativa INCORRETA:

a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.
b) Ficam a União e os demais entes federativos, nos montantes que lhes são próprios, desde que aceito por ambas as partes, autorizados a utilizar valores objeto de sentenças transitadas em julgado devidos a pessoa jurídica de direito público para amortizar dívidas, vencidas ou vincendas nos contratos de refinanciamento cujos créditos sejam detidos pelo ente federativo que figure como devedor na sentença, nos contratos em que houve prestação de garantia a outro ente federativo, nos parcelamentos de tributos ou de contribuições sociais e nas obrigações decorrentes do descumprimento de prestação de contas ou de desvio de recursos.
c) É facultativa a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até trinta de junho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
d) Sem que haja interrupção no pagamento do precatório e mediante comunicação da Fazenda Pública ao Tribunal, o valor correspondente aos eventuais débitos inscritos em dívida ativa contra o credor do requisitório e seus substituídos deverá ser depositado à conta do juízo responsável pela ação de cobrança, que decidirá pelo seu destino definitivo.

QUESTÃO 51

O controle da execução orçamentária compreenderá:

I – A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais;
II – A legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;
III – O cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços;
IV – A fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;
V – Os serviços de contabilidade que serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I e V.
b) II; III; e IV.
c) I; II; III; IV; e V.
d) I; II; e V.

QUESTÃO 52

As sanções administrativas são penalidades previstas em lei, no instrumento editalício ou no contrato administrativo, aplicada pelo Estado no exercício da função administrativa, como consequência de um fato típico administrativo com a observância dos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa.
Quanto às sanções administrativas, analise as afirmativas a seguir:

I – A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

II – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
III – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;
IV – A sanção de multa impede que a Administração Pública rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções administrativas;
V – Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de advertência; multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I; II; III; e V.
b) I; II; e IV.
c) IV e V.
d) IV.

QUESTÃO 53

Acerca do Controle Externo aos Municípios, marque a alternativa INCORRETA:

a) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
b) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
c) É possível a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
d) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

QUESTÃO 54

Em relação às operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, marque a alternativa INCORRETA:

a) A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária será facultativa no último ano de mandato do Prefeito, desde que esteja declarado situação de calamidade financeira.
b) Fica a cargo do Banco Central do Brasil manter sistema de acompanhamento e controle do saldo do crédito aberto e, no caso de inobservância dos limites, aplicará as sanções cabíveis à instituição credora.
c) A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências estipuladas para operações de crédito e realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício, deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano e não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir.
d) As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.

QUESTÃO 55

Em relação à receita pública, com base na Lei nº 4.320/1964, marque a alternativa INCORRETA:

a) O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
b) Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.
c) O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.
d) Será admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.

QUESTÃO 56

Em relação aos atos administrativo, quanto à formação, analise os casos a seguir:

SITUAÇÃO I – Em um ato administrativo que resulta da vontade única de um órgão ou agente, mas depende da aprovação por parte de outros para produzir seus efeitos.
SITUAÇÃO II – Em um ato administrativo que se forma pela conjunção de vontades de mais de um órgão, sendo necessária todas as manifestações de vontade exigidas para formalização do ato administrativo.

Marque a alternativa CORRETA:

a) As duas situações compreendem, quanto à forma, o ato administrativo simples.
b) A situação I, quanto à forma, compreendendo ato administrativo complexo e a situação II, quanto à forma, compreendendo ato administrativo composto.
c) As duas situações compreendem, quanto à forma, o ato administrativo composto.
d) A situação I, quanto à forma, compreendendo ato administrativo composto e a situação II, quanto à forma, compreendendo ato administrativo complexo.

QUESTÃO 57

A instituição orçamentária foi cercada de uma série de princípios e regras com finalidade de aumentar-lhe a consistência no cumprimento de sua principal finalidade política que é auxiliar o controle sobre o governo.
Em relação aos princípios orçamentário, analise as afirmativas a seguir:

I – O princípio da universalidade possibilita a coexistência de vários orçamentos autônomos, mas que podem ser vistos de forma consolidada, permitindo-se assim uma visão ao mesmo tempo segregada e geral das finanças públicas;
II – O princípio da regionalização do gasto público tem como propósito atender à necessidade de se verificar, na elaboração e na execução da lei orçamentária;
III – O princípio do equilíbrio orçamentário aponta que o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado;
IV – O princípio da não vinculação ou não afetação das receitas aponta que nenhuma parcela da receita geral poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos casos ou a determinado gasto, não podendo a receita ter vinculações;
V – O princípio da unidade aponta que o orçamento deve ser uno, devendo apenas existir um orçamento para o exercício financeiro e para determinado Ente Público, e não segmentado, permitindo obter um retrato geral das finanças públicas.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I; II; III; IV; e V.
b) I e III.
c) II; IV; e V.
d) I; III; e IV.

QUESTÃO 58

A lei de responsabilidade fiscal aponta sobre a necessidade de prestação de contas por parte dos Ente Públicos. A respeito disto, analise as afirmativas a seguir:

I – Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de noventa dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais;
II – As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais e dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais;
III – A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições;
IV – As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas;
V – O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo de cento e oitenta dias pela comissão mista permanente ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I e V.
b) I; II; III; IV; e V.
c) II; III; e IV.
d) I; II; e III.

QUESTÃO 59

Acerca do relatório de gestão fiscal, marque a alternativa INCORRETA:

a) O relatório de gestão fiscal será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.
b) O relatório de gestão fiscal conterá nos demonstrativos, referente ao último semestre, da inscrição em restos a pagar, quanto as despesas liquidadas, empenhadas e não liquidadas, empenhadas e não liquidadas, com inscrição até o limite do saldo da disponibilidade de caixa e não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.
c) O relatório de gestão fiscal conterá comparativo com os limites de que trata a lei de responsabilidade fiscal, referente aos seguintes montantes de despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas, dívidas consolidada e mobiliária, concessão de garantias e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
d) No final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos o relatório de gestão fiscal, no qual será assinado pelo chefe do Poder Executivo, presidente e demais membros da mesa diretora ou órgão decisório equivalente, Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, chefe do Ministério Público da União e dos Estados, além da autoridade responsável pela administração financeira e pelo controle interno.

QUESTÃO 60

A Lei de Responsabilidade Fiscal apresenta algumas diretrizes para a Lei Orçamentária Anual, em relação a esta, marque a alternativa INCORRETA:

a) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
b) É possível consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
c) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
d) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.